

MISSÃO INSTITUCIONAL

Prestar assistência de excelência e referência com responsabilidade social, formar recursos humanos e gerar conhecimentos, atuando decisivamente na transformação de realidades e no desenvolvimento pleno da cidadania.

EDITAL Nº 05/2006 DE PROCESSOS SELETIVOS

**PS 50 – CONTADOR
(Auditoria)**

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

Planejamento e Execução:



Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS

Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS e do HCPA.

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

EDITAL Nº 05/2006 DE PROCESSOS SELETIVOS

GABARITO APÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO 50

CONTADOR (Auditoria)

1.	C
2.	A
3.	B
4.	D
5.	B
6.	E
7.	A
8.	C
9.	A
10.	D

11.	C
12.	E
13.	E
14.	D
15.	B
16.	C
17.	D
18.	E
19.	E
20.	A

21.	C
22.	C
23.	D
24.	E
25.	A
26.	B
27.	C
28.	A
29.	D
30.	B

31.	E
32.	A
33.	D
34.	B
35.	C
36.	B
37.	E
38.	A
39.	B
40.	D

EDITAL Nº 05/2006 DE PROCESSOS SELETIVOS

PS 50 – CONTADOR (Auditoria)

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este CADERNO DE PROVA corresponde ao Processo Seletivo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
2. Esta PROVA consta de 40 questões objetivas.
3. Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
4. Para cada questão objetiva existe apenas **uma** alternativa correta, a qual deverá ser assinalada, com caneta esferográfica, de cor azul ou preta, na FOLHA DE RESPOSTAS.
5. Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número 41 serão desconsideradas.
6. Durante a prova, não será permitido ao candidato qualquer espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem ou similares e calculadora.
7. Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
8. A duração da prova é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
9. O candidato somente poderá retirar-se do recinto da prova após transcorrida 1 (uma) hora do seu início.
10. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

01. É dever do Contabilista renunciar às funções que exerce logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com a antecedência de

- (A) 15 dias.
- (B) 20 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 40 dias.
- (E) 45 dias.

02. O Contabilista poderá transferir parcialmente a execução dos serviços a seu cargo a outro Contabilista, desde que com a anuência do cliente.

Com quem ficará a responsabilidade técnica nesse caso?

- (A) Com o Contabilista que transferiu parcialmente a execução dos serviços.
- (B) Com o Contabilista que recebeu parcialmente a execução dos serviços, transferida pelo colega.
- (C) Com o Contabilista que recebeu parcialmente a execução dos serviços, desde que o cliente concorde.
- (D) Com ambos os Contabilistas, igualmente.
- (E) Com ambos os Contabilistas e o cliente.

03. As receitas consideram-se realizadas pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.

Essa afirmação diz respeito ao Princípio Contábil da

- (A) Prudência.
- (B) Competência.
- (C) Oportunidade.
- (D) Entidade.
- (E) Continuidade.

04. O objetivo de uma auditoria de demonstrações contábeis é permitir ao Auditor expressar sua opinião sobre essas demonstrações, se estão, ou não, preparadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às circunstâncias.

A determinação do que é relevante, nesse contexto, é uma questão baseada

- (A) na experiência do Auditor.
- (B) no tamanho da empresa.
- (C) no conhecimento dos processos operacionais.
- (D) no julgamento profissional.
- (E) no que estabelece o IBRACON.

05. Se, na execução de procedimentos específicos de auditoria, o Auditor independente determinar que o nível de risco é maior que o previsto na fase de planejamento, o nível de relevância, preliminarmente estabelecido, deve ser

- (A) aumentado.
- (B) reduzido.
- (C) mantido.
- (D) desconsiderado.
- (E) revisado.

06. Salvo declaração expressa em contrário, constante do parecer, entende-se que o Auditor considera adequadas e suficientes, para o entendimento dos usuários, as informações divulgadas nas demonstrações contábeis em termos de

- (A) conteúdo.
- (B) forma.
- (C) complexidade.
- (D) abrangência.
- (E) conteúdo e forma.

07. A data do parecer deve corresponder ao dia do encerramento

- (A) dos trabalhos de auditoria na entidade.
- (B) dos trabalhos de auditoria interna.
- (C) das demonstrações contábeis.
- (D) do balanço patrimonial.
- (E) do relatório da diretoria.

08. Se o Auditor concluir que a matéria envolvendo incerteza relevante não está adequadamente divulgada nas demonstrações contábeis, de acordo com as disposições contidas no item 11.1.1.1 da NBC T 11, o seu parecer deve conter

- (A) ressalva.
- (B) opinião adversa.
- (C) ressalva ou opinião adversa.
- (D) parágrafo de ênfase.
- (E) parágrafo de incerteza.

09. Em relação a tipos e testes de amostragem, a que é empregada para permitir juízo a respeito da população, em termos de frequência da ocorrência de certo evento, é conhecida por amostragem

- (A) de atributos.
- (B) de variáveis.
- (C) por bloco.
- (D) ao acaso.
- (E) sistemática.

10. O programa de auditoria que serve como roteiro do trabalho a ser realizado tem como objetivo mais importante

- (A) registrar o nome do Auditor que executou o procedimento.
- (B) apontar em que datas foram realizados os exames.
- (C) referenciar o procedimento com o papel de trabalho.
- (D) facilitar o entendimento dos procedimentos de auditoria a serem adotados.
- (E) servir como fonte de consulta ao Auditor.

11. O planejamento da auditoria deve considerar a participação de auditores internos e especialistas na execução do trabalho na entidade auditada e a possibilidade de as controladas e coligadas serem examinadas por outros auditores independentes. Assim, está correto afirmar que

- (A) é determinante para a adequada conclusão da auditoria a revisão dos papéis de trabalho do outro Auditor interno.
- (B) deve ocorrer a revisão dos papéis de trabalho do outro Auditor independente.
- (C) pode ocorrer a revisão dos papéis de trabalho do outro Auditor independente.
- (D) é desnecessária a revisão dos papéis de trabalho do outro Auditor independente.
- (E) é facultativo ocorrer a revisão dos papéis de trabalho do outro Auditor interno.

12. A análise do risco de controle tem como base o cuidado que o Auditor deve ter ao selecionar e classificar áreas de acordo com os critérios de importância para garantir que todo o sistema seja representado.

A identificação das áreas e o dimensionamento do risco envolvido permitirão ao Auditor determinar

- I - a amplitude dos procedimentos de auditoria.
- II - o aprofundamento dos procedimentos de auditoria.
- III - a delimitação do escopo de auditoria.
- IV - a análise da relação custo/benefício da auditoria.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

13. Testes substantivos são aplicados sobre o sistema contábil da entidade, em nível de contas e saldos, e visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, à exatidão e à validade dos dados contábeis.

Considere os seguintes itens.

- I - Testes de saldos.
- II - Testes de transações.
- III - Procedimentos de revisão analítica.

Quais são divisões do teste substantivo?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

14. A possibilidade de o Auditor emitir um parecer com opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas diz respeito a um tipo de risco. Que risco é esse?

- (A) Risco inerente.
- (B) Risco de controle.
- (C) Risco de detecção.
- (D) Risco de auditoria.
- (E) Risco de amostragem.

15. Risco de controle constitui-se na possibilidade de o saldo de uma conta estar errado e não ser detectado pelo sistema de controle interno. O risco de controle está ligado à eficácia dos procedimentos de controle interno, enquanto o risco inerente está ligado à inexistência de controle interno.

Com base nisso, pode-se afirmar que risco de controle

- (A) eventualmente acontece.
- (B) sempre existe.
- (C) somente ocorre em empresas de pequeno porte.
- (D) não ocorre se a empresa tem auditoria interna.
- (E) não ocorre se a empresa tem um sistema de controle interno perfeito.

16. Considerando que uma determinada empresa contabilizou a depreciação no exercício encerrado em 31-12-05 por valores insuficientes, com efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis, que parecer deverá ser emitido pelo Auditor?

- (A) Parecer adverso.
- (B) Parecer parcial.
- (C) Parecer com ressalva.
- (D) Parecer com ênfase.
- (E) Parecer com abstenção de opinião.

17. Em caso de emissão de parecer com ressalva sobre demonstrações contábeis, que modelo deverá ser adotado pelo Auditor?

- (A) Modelo específico de parecer com ressalva, conforme normas do CFC.
- (B) Modelo específico de parecer com ressalva, conforme normas do IBRACON.
- (C) Modelo específico de parecer com ressalva, conforme normas da CVM.
- (D) Modelo do parecer sem ressalva, modificado no parágrafo de opinião.
- (E) Modelo do parecer sem ressalva, modificado no parágrafo de escopo.

18. Quando o Auditor aceita o parecer de outros auditores, por não ter evidências que indiquem restrições aos seus trabalhos e conclusões, deve destacar no seu parecer que

- (A) os outros auditores são registrados na CVM.
- (B) os outros auditores passaram pela revisão de qualidade (revisão pelos pares).
- (C) desconhece qualquer fato que desabone a conduta dos outros auditores.
- (D) conhece pessoalmente os outros auditores e confia no nível técnico deles.
- (E) há uma divisão de responsabilidades.

19. Os auditores são contratados por meio de concorrência ou tomada de preço em que se buscam obter as melhores condições comerciais na contratação do serviço de auditoria. Normalmente o Auditor executa o serviço em duas fases.

Como são chamadas essas fases?

- (A) Primeira fase e segunda fase.
- (B) Fase inicial e fase final.
- (C) Fase de levantamento e fase de aplicação.
- (D) Fase de planejamento e fase de execução.
- (E) Fase preliminar e fase final.

20. Papéis de trabalho são a documentação da auditoria; são de propriedade dos auditores e representam o registro do trabalho executado e a base para a emissão de parecer ou relatório de auditoria.

Os papéis de trabalho devem ser conservados em boa guarda pelo prazo de cinco anos, a contar da data de

- (A) emissão do parecer de auditoria.
- (B) emissão do relatório da diretoria.
- (C) realização da reunião do conselho de administração.
- (D) publicação das demonstrações contábeis auditadas.
- (E) avaliação do sistema de controle interno.

21. O exame das demonstrações contábeis pelo Auditor é prática consolidada na economia brasileira, existindo, para determinadas empresas, a obrigatoriedade legal da publicação das demonstrações contábeis, acompanhadas do respectivo parecer de auditoria.

Ao emitir seu parecer, o Auditor opina, em relação à empresa auditada, sobre a situação

- (A) contábil e financeira e o resultado das operações.
- (B) econômica e financeira e o resultado das operações.
- (C) patrimonial e financeira e o resultado das operações.
- (D) contábil e patrimonial e o resultado das operações.
- (E) patrimonial e econômica e o resultado das operações.

22. Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao Auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem testes substantivos e testes de observância.

Os testes de observância consistem em o Auditor certificar-se de que o sistema de controles internos

- (A) segue o padrão do AUDIBRA.
- (B) reflete o que consta nos manuais operacionais.
- (C) está em efetivo funcionamento e cumprimento.
- (D) oferece segurança absoluta sobre as práticas operacionais.
- (E) segue o que foi recomendado pelos auditores internos da entidade.

23. Se estiver estabelecido que uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis devido ao fato de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controles internos, o princípio fundamental dos controles contábeis que aí está inserido é o de

- (A) responsabilidade.
- (B) acesso aos ativos.
- (C) amarração do sistema.
- (D) segregação de funções.
- (E) confronto dos ativos com os registros.

24. O sistema de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado dos métodos e procedimentos adotados pela entidade em relação à

- I - proteção do seu patrimônio.
- II - confiabilidade dos registros contábeis.
- III - eficácia operacional.

Quais aspectos estão corretos?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

25. O Auditor deve efetuar o levantamento do sistema de controles internos, avaliá-lo e emitir recomendações para seu aprimoramento decorrentes das constatações feitas em seu trabalho.

Em vista disso, a responsabilidade pelo sistema de controles internos pertence

- (A) à administração da entidade.
- (B) ao Auditor interno da entidade.
- (C) ao Auditor independente da entidade.
- (D) ao conselho de administração da entidade.
- (E) ao conselho fiscal da entidade.

26. A análise de risco tem como base o cuidado que o Auditor deve ter ao selecionar e classificar os projetos de acordo com os critérios de importância, para garantir que todos os novos sistemas críticos e importantes sejam revisados.

Definidas as áreas em que serão aplicados os procedimentos de auditoria, é necessária a identificação dos

- (A) riscos de controle.
- (B) pontos de controle.
- (C) recursos empregados.
- (D) ciclos de desenvolvimento do sistema.
- (E) processos e técnicas de auditoria do sistema.

27. No planejamento da auditoria de sistemas em operação, a primeira atividade a ser desenvolvida é conhecer o ambiente do sistema, ou seja, tomar conhecimento dos recursos disponíveis, tais como: hardwares e softwares, pessoal de programação, operação e apoio, estrutura organizacional do CPD e produto final obtido pelo CPD.

A atividade subsequente que servirá de base para determinação do escopo da auditoria do sistema em operação é a de análise

- (A) de parâmetros.
- (B) de conteúdo.
- (C) de risco.
- (D) vertical.
- (E) horizontal.

28. A análise dos sistemas e das operações compreende o exame de documentos, relatórios e telas do sistema no que diz respeito ao nível de utilização pelos usuários, ao esquema de distribuição e número de vias emitidas, ao grau de confidencialidade de seu conteúdo, à forma de utilização e de integração entre relatórios/telas/documentos e ao *layout* de distribuição.

A principal utilidade dessa técnica é

- (A) validar a eficácia do sistema.
- (B) validar a eficiência do sistema.
- (C) determinar a relação custo-benefício do sistema.
- (D) determinar a agilidade do sistema.
- (E) estabelecer a segurança do sistema.

29. Para se realizar uma auditoria de sistemas em operação, a exemplo da auditoria convencional, é preciso aplicar determinadas técnicas de auditoria. Quando se aplicam "verificação de *output* em relação ao *input*, questionários de controle interno e *checklist*", diz-se que se está realizando uma auditoria

- (A) na fase de resultados.
- (B) na fase de avaliação.
- (C) com o computador.
- (D) ao redor do computador.
- (E) por meio do computador.

30. Quando o conhecimento do Auditor de sistemas abrange legislação e normas administrativas, *software* de segurança, controle de acesso, contratos de *software* e técnicas de amostragens, ele está habilitado para auditar

- (A) os projetos de sistema.
- (B) os sistemas em operação.
- (C) os sistemas em desenvolvimento.
- (D) os sistemas de microinformática.
- (E) o CPD.

31. Em relação ao método da equivalência patrimonial, o valor que vier a ser considerado para registro de débito ou a crédito do valor da conta representativa de investimento, tendo por contrapartida uma conta de resultado, é denominado

- (A) origem da equivalência.
- (B) reclassificação da equivalência.
- (C) classificação da equivalência.
- (D) registro da equivalência.
- (E) ajuste da equivalência.

32. Em relação à Contribuição Social Sobre o Lucro, se houver ganho de capital, este será acrescido ao lucro estimado, presumido ou arbitrado, e tributado diretamente em

- (A) 9% (nove por cento).
- (B) 10% (dez por cento).
- (C) 11% (onze por cento).
- (D) 12% (doze por cento).
- (E) 15% (quinze por cento).

33. Segundo o artigo 14 da Lei nº 9.718/98, estão obrigadas ao lucro real as pessoas jurídicas cuja receita total, no não-calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 48.000.000,00.

NÃO deverão ser incluídos, para fins de verificação desse limite,

I - as recuperações de créditos que representem ingresso de novas receitas.

II - a reversão de provisões anteriormente constituídas, desde que não deduzidas em período em que a pessoa jurídica tenha sido tributada pelo lucro real.

III - os lucros e dividendos recebidos.

IV - os ganhos com equivalência patrimonial.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

34. A pessoa jurídica poderá deduzir, para fins de apuração do Imposto de Renda, os juros pagos ou creditados individualmente a titular, sócio ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculado sobre as contas do patrimônio líquido e limitadas à variação, *pro rata* dia, da TJLP.

Que regime de tributação deverá adotar essa pessoa jurídica para gozar dessa dedutibilidade?

- (A) Lucro presumido.
- (B) Lucro real.
- (C) Lucro arbitrado.
- (D) Lucro estimado.
- (E) Lucro determinado.

35. A operação de alienação a vista de bens que gera entrada de recursos na empresa, mas diminuição do ativo permanente, deve ser considerada na demonstração de origens e aplicações de recursos porque

- (A) ocorre diminuição do capital circulante.
- (B) ocorre diminuição do capital circulante líquido.
- (C) ocorre acréscimo do capital circulante líquido.
- (D) o capital circulante líquido permanece inalterado.
- (E) toda a movimentação financeira deve fazer parte do DOAR.

36. No contexto da administração financeira, a Controladoria serve como órgão de observação e controle da cúpula administrativa, preocupando-se com a constante avaliação da eficácia e da eficiência dos vários departamentos no exercício de suas atividades. Assim, pode-se dizer que estabelecer, coordenar e manter um plano integrado de controle, medir a *performance* entre os planos operacionais, reportar e interpretar resultados das operações, medir e reportar a eficiência dos objetivos do negócio e prover proteção para os ativos da empresa, dentre outras características, são

- (A) metas da Controladoria.
- (B) funções da Controladoria.
- (C) missões da Controladoria.
- (D) normas da Controladoria.
- (E) focos da Controladoria.

37. Para desempenhar suas tarefas de maneira qualificada, é importante que o *controller* tenha certas habilidades. Essas habilidades são

- (A) conhecimento da contabilidade comercial, conhecimento da legislação fiscal, domínio da comunicação oral e escrita e capacidade de interagir com a equipe.
- (B) conhecimento das demonstrações contábeis, conhecimento da legislação tributária, domínio da comunicação oral e escrita e capacidade de interagir com a alta administração e de chefiar sua equipe.
- (C) conhecimento dos princípios contábeis, conhecimento da legislação atual e dos últimos dez anos, domínio da comunicação oral e capacidade de interagir com sua equipe.
- (D) conhecimento das normas contábeis, conhecimento da legislação fiscal, domínio da comunicação escrita e capacidade de interagir em todos os níveis da organização e de dirigir sua equipe.
- (E) conhecimento dos princípios, normas e práticas contábeis, conhecimento da legislação atual, domínio da comunicação oral e escrita e capacidade de interagir em todos os níveis da organização e de dirigir sua equipe.

38. A base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado e pelas empresas que optam pelo critério de recolhimento por estimativa corresponde à soma dos valores correspondentes a um percentual da Receita Bruta. A partir de setembro de 2003, as pessoas jurídicas que realizam "prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*)" ficaram sujeitas ao percentual de

- (A) 32% (trinta e dois por cento).
- (B) 31% (trinta e um por cento).
- (C) 23 % (vinte e três por cento).
- (D) 22% (vinte dois por cento).
- (E) 12% (doze por cento).

39. Para fins de cálculo de juros sobre Patrimônio Líquido, não é considerada a reserva de reavaliação, **EXCETO** se ela for

- (A) mantida à base de cálculo do Imposto de Renda.
- (B) adicionada à base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.
- (C) retirada da base da Contribuição Social sobre o Lucro.
- (D) retirada da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.
- (E) retirada da base de cálculo do Imposto de Renda.

40. Em relação ao Controle Interno, "os controles adotados sobre as contas que registram as principais transações da entidade" devem ser observados quando da avaliação

- (A) do ambiente de controle.
- (B) dos subsistemas.
- (C) dos controles patrimoniais.
- (D) dos procedimentos de controle.
- (E) das deficiências de controle.